

PARTE III GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS

III.2 – O DEBATE FRANCÊS SOBRE INTERSECCIONALIDADE E/OU CONSUBSTANCIALIDADE DAS RELAÇÕES DE CLASSE, GÊNERO, RAÇA

HELENA HIRATA

FLS5174 – GÊNERO E TRABALHO. DESAFIOS NACIONAIS, DEBATES INTERNACIONAIS

PPGS/USP, 16.10.2017 (AULA 11)

ROTEIRO

- INTRODUÇÃO
- Definições de interseccionalidade
- Para quê serve a interseccionalidade?
- O debate francês sobre interseccionalidade.
 - Diferenças entre o contexto EUA e o contexto francês.
 - Críticas de Danièle Kergoat à categoria de interseccionalidade.
- Conhecimento e ação política: Patricia Hill Collins e a “matriz da dominação”.

INTRODUÇÃO I

- Retomando a conclusão da aula passada: a partir da afirmação da interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe, o *Black feminism* criticou o feminismo branco, originário das classes médias e heteronormativo. É a partir dessa herança do *Black feminism* :

“Redigidas por mulheres afro-americanas grandes obras como Civil Wars de June Jordan, Sister Outside de Audre Lorde ou ainda a obra pioneira de Angela Davis, Women, Race and Class, abriram o caminho do que será conhecido mais tarde sob o nome de interseccionalidade” (P. Hill Collins, Lost in translation...2016)

- que a problemática da interseccionalidade foi desenvolvida nos países anglo saxões desde o início dos anos 1990 por pesquisadoras britânicas, americanas, canadenses, alemãs e, a partir de 2005, por pesquisadoras/es francesas/es: cf. o artigo de Christian Poiret, « Articuler les rapports de sexe, de classe et interethniques. Quelques enseignements du débat nord-américain », *Revue européenne des migrations internationales*, vol. 21 - n°1, 2005

INTRODUÇÃO II

- Partindo das definições de “interseccionalidade”, o objetivo dessa aula é de apresentar a evolução do debate sobre a interseccionalidade no contexto francês e procurar as respostas para questões colocadas pelos informes da aula anterior:
- I) quais são os marcadores sociais da diferença que devem ser levados em consideração em uma abordagem interseccional? Apenas gênero, raça e classe ou outros marcadores como idade e deficiência, por exemplo? Quais critérios devemos utilizar para definir quais são os eixos de opressão a serem incluídos no conceito de interseccionalidade? (Beatriz Sanchez)
- Há diferenças entre as teorias da consubstancialidade e da interseccionalidade? (Patricia Maeda)
- Há estudos sobre interseccionalidade na América Latina, e principalmente no Brasil? (Simone Miranda)

DEFINIÇÕES DE INTERSECCIONALIDADE I

- Kimberlé Crenshaw (1991): propõe uma dupla definição: a “interseccionalidade estrutural” (a posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero, que torna sua experiência concreta da violência conjugal (...) qualitativamente diferente da das mulheres brancas) e a “interseccionalidade política” (que denuncia a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor induzida pelas políticas feministas e antirracistas)
- Danièle Kergoat (trad. br. 2010/2009): Conflitos de classe, de gênero e raciais tendem a ser concebidos, interpretados e enfrentados isoladamente. D. Kergoat aponta para a interdependência dessas categorias sociais, tanto no plano teórico como na prática dos movimentos sociais.
- Sirma Bilge (2009): A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.

DEFINIÇÕES DE INTERSECCIONALIDADE II

A INTERSECCIONALIDADE DE GEOMETRIA VARIÁVEL

Para Danièle Kergoat (2010) : **3 categorias transversais** : gênero, raça, classe.

Para Sirma Bilge (2009) : **os grandes eixos da diferenciação social** são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual

Controvérsia quanto às relações sociais fundamentais, transversais, necessárias (e não contingentes), que se imbricam: para D. Kergoat 3 relações sociais fundamentais, transversais, não-contingentes: gênero, raça, classe; para Sirma Bilge: além dessas 3, outras relações sociais: idade, religião, etnicidade, deficiência, orientação sexual.

Crenshaw que concede um peso fundamental ao sexismo e ao racismo nas experiências das “mulheres de cor”, diz que “fatores(...) como a classe ou a sexualidade contribuem de maneira tão decisiva quanto (ou mais) o sexo ou a raça) para estruturar suas experiências” (p.54, Cartografia das margens, trad. fr. 2005/1991)

DEFINIÇÕES DE INTERSECCIONALIDADE III

INTERSECCIONALIDADE DE GEOMETRIA VARIÁVEL

- Segundo **os objetos de pesquisa** ou os **contextos**, a geração, a etnicidade, ou a “raça”, ou ainda a localidade (segundo escalas diversas) são variáveis estruturantes centrais. Elas devem então ser articuladas de maneira pertinente com as relações de classe ou de sexo (Roland Pfefferkorn, 2011)
- O tríptico classe/raça/gênero não cessou assim de se estender à análise de **outras relações sociais cujo carácter estruturante**, tanto do lado da formação das identidades quanto da cristalização de antagonismos coletivos, e é hoje amplamente posto em evidência, como mostraram os trabalhos centrados sobre a relação de idade ou de sexualidade (Alexandre Jaunait e Sébastien Chauvin, 2013)
- Essa fase intermediária dos estudos de raça, de classe e de gênero, aos quais vieram se agregar ao longo do tempo as noções de sexualidade, de idade, de aptitude, de etnicidade e de religião, refletia o dinamismo dos movimentos sociais na sua origem (...) A noção de interseccionalidade representava um termo genérico reconhecível (...) e o campo(se tornava) compreensível em relação às normas acadêmicas(...) (P. Hill Collins, 2016)

PARA QUE SERVE A INTERSECCIONALIDADE? I

- Duas imagens que reduzem o feminismo ao « gênero feminino » e mostram o interesse da crítica e desconstrução do gênero como única categoria explicativa e de ação

PARA QUE SERVE A INTERSECCIONALIDADE?

**Le Monde, Suplemento
Moda, do 8 de março de
2017**



PARA QUE SERVE A INTERSECCIONALIDADE? III

CADERNO DO *LE MONDE* DATADO DO 03 DE MARÇO DE 2017

- Uma mulher branca, loira, burguesa – vestida por Valentino, Dior et Giorgio Armani
- Título: **Féminisme**, la nouvelle vogue

CAPA DE *ELLE* DO 8 DE MARÇO DE 2017



ELLE, DATADO DO 3 DE MARÇO DE 2017

- Uma mulher branca, loira, jovem e descontraída – vestida com um jeans Levi's e um T-shirt Dior com as palavras: « We should all be feminists »
- Título do dossiê: « Pop, leve, descomplexado...**o novo impulso feminista**»
- (preço do exemplar: 2,20 €)

INTERDEPENDÊNCIA SEXO-RAÇA-CLASSE

- Numa revista que custa 2,20 €, pode-se imaginar que essa mensagem pode atingir amplas camadas de mulheres.
- Essas duas ilustrações nos convidam a não isolar a opressão das mulheres e a categoria de gênero, das demais opressões, sobretudo de raça e de classe social.

O DEBATE FRANCÊS SOBRE INTERSECCIONALIDADE I

DIFERENÇAS ENTRE O CONTEXTO DOS EUA E O CONTEXTO FRANCÊS.

- Hipótese de A. Jaunait e S. Chauvin (*Dictionnaire Genre & Science Politique*, 2013)
- Segundo os contextos nacionais, as teorias da interseccionalidade não chegam às mesmas formulações: “no pós-maio de 1968, as feministas francesas – em particular da corrente materialista – formulam igualmente uma teoria da relação classe/raça/sexo. Mas em relação ao contexto francês, a formulação é fundamentalmente diferente embora aparentemente colocada em termos próximos. Com efeito, contrariamente aos EUA, o referencial chave das lutas dos anos 1960 e 1970 na França, lutas que conheceram a infusão do pensamento marxista, não é a raça mas a classe social (cf. Picq, 1993). Num contexto de concorrência e de “prioridade das lutas” nos movimentos sociais progressistas, a estratégia das feministas materialistas consistiu em comparar o gênero à classe e à raça afim de negociar a legitimidade política do movimento feminista”

O DEBATE FRANCÊS SOBRE INTERSECCIONALIDADE II

- Hipótese de Farinaz Fassa, Eléonore Lépinard e Marta Roca i Escoda, “Introdução” a *L’intersectionnalité: enjeux théoriques et politiques*, 2016
- A importação do conceito de interseccionalidade pôde ser conflituosa no contexto francófono, sobretudo no mundo universitário francês, muito sensível aos conceitos oriundos de outros espaços linguísticos, porque ela torna visível o que tinha sido até então um impensado teórico e político, a saber a raça
- O *Black Femism* francês é pouco conhecido: cf. Awa Thiam, *La parole aux négresses* (1978), antropóloga originária do Senegal e fundadora da Coordenação das Mulheres Negras (um “pensamento da interferência”)

O DEBATE FRANCÊS SOBRE INTERSECCIONALIDADE III

CRITICAS DE DANIÈLE KERGOAT À CATEGORIA DE INTERSECCIONALIDADE.

- Feita explicitamente por Danièle Kergoat no IIº Congresso da Association Française de Sociologie (AFS) em Bordeaux, em 8 de setembro de 2006, (sob forma de artigo em 2009). Neste artigo ela critica a noção “geométrica” de intersecção: “pensar em termos de cartografia nos conduz a naturalizar as categorias analíticas (...). Dito de uma outra maneira, a multiplicidade das categorias oculta as relações sociais (...) As posições não são fixas; elas estão inseridas em relações dinâmicas, estão em evolução perpétua e em renegociação” (Kergoat, 2009).

O DEBATE FRANCÊS SOBRE INTERSECCIONALIDADE IV

CRITICAS DE DANIÈLE KERGOAT À CATEGORIA DE INTERSECCIONALIDADE

Essa crítica é aprofundada em 3 pontos na introdução do seu livro *Se battre, disent-elles* (2012):

- 1) a multiplicidade de pontos de entrada (casta, religião, região, etnia, nação, etc. e não apenas raça, gênero, classe) conduz a um risco de fragmentação das práticas sociais
- 2) não é certo que todos esses pontos remetam a relações sociais e não seria talvez o caso de colocá-los todos no mesmo plano.
- 3) os teóricos da interseccionalidade continuam a raciocinar em termos de categorias e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria, como por ex. a nação, a classe, a religião, o sexo, a casta, etc., sem historicizá-las, e por vezes não levam em consideração as dimensões materiais da dominação (cf. Kergoat, 2012, pp. 21-22).

O DEBATE FRANCÊS SOBRE INTERSECCIONALIDADE V

NÃO-HIERARQUIZAÇÃO DAS OPRESSÕES E IMBRICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER

- O princípio na base do conceito de interseccionalidade é a não-hierarquização dos diferentes aspectos da opressão (versus contradição « principal » e « secundaria », « infraestrutura e « superestrutura » do marxismo ortodoxo).
- É a afirmação dessa **não-hierarquização** e a afirmação da **imbricação das diferentes relações de poder** que tornam possível a utilização de « interseccionalidade » (P. Hill Collins) ou de « consubstancialidade » (D. Kergoat) como sinônimos

CONHECIMENTO E AÇÃO POLÍTICA: PATRICIA HILL COLLINS E A “MATRIZ DA DOMINAÇÃO” I

- C. Poiret (2005) se refere aos trabalhos de mulheres que pertencem a minorias raciais ou étnicas, trabalhos centrados na **natureza combinada da opressão**, o que Patricia Hill-Collins (1990) denomina a “matriz da dominação”
- A interseccionalidade pode ser vista como uma das formas de combate às opressões múltiplas e imbricadas, e portanto como instrumentos de luta política. E nesse sentido que Patricia Hill Collins (2015; Hill Collins e Bilge, 2016) considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um “projeto de conhecimento” et uma “arma política”.

CONHECIMENTO E AÇÃO POLITICA: PATRICIA HILL COLLINS E A “MATRIZ DA DOMINAÇÃO” II

- Para P. Hill Collins “por mais diversas e específicas que possam ser as identidades e as experiências, a experiência suprema da opressão permanece sendo essencial”(Cahiers du Cedref, 2015, p.20). A opressão constitui uma situação injusta. As mulheres afro-estadunidenses vivenciam experiências específicas que catalizam reações políticas ligadas à sua opressão no contexto estadunidense. Segundo P. Hill Collins há 3 aspectos do feminismo negro que tem relações estreitas entre si: a experiência, o pensamento (análise) e a ação
- 1) as experiências cotidianas das mulheres negras
- 2) as análises que fazem as mulheres negras dessas experiências
- 3) as ações das mulheres negras a partir dessas experiências e dessas análises
- As diversas experiências das mulheres afro-americanas face à opressão foram o ponto de partida do feminismo negro

CONHECIMENTO E AÇÃO POLITICA: PATRICIA HILL COLLINS E A “MATRIZ DA DOMINAÇÃO” III

- O paradigma da interseccionalidade emerge da busca da liberdade, porque era evidente que ganhar um só tipo de “liberdade” (de raça, de gênero ou de classe) não bastaria para libertar as mulheres negras (*Cahiers du CEDREF*, 2015, p.22)
- Mas do *Black Feminism* às teorias (universitárias) da interseccionalidade, perdeu-se segundo Patricia Hill Collins (2016/2012), o movimento em direção à justiça social, que “não constitui mais o fundamento ético do saber interseccional” (...) O meio universitário está mais interessado (...) em desenvolver análises teóricas sobre a maneira como o mundo está organizado. Um tal meio privilegia questões metafísicas da verdade em detrimento das da justiça (...) instrumentando permitindo estudar tudo sem necessidade de estar relacionado à experiência que as pessoas de cor tem da injustiça social, do social ou da justiça social (p.72-73)

CONHECIMENTO E AÇÃO POLITICA: PATRICIA HILL COLLINS E A “MATRIZ DA DOMINAÇÃO” IV

Um exemplo paradigmático da interseccionalidade como arma política é a mobilização das arrumadeiras de hotel que manifestaram diante do tribunal de New York contra a violência de classe, sexista, machista e racista quando do caso Dominique Strauss Khan (DSK), na época diretor do FMI, mostrando **a direção da luta contra as opressões imbricadas de gênero, de classe e de raça no mundo do trabalho.**



